



## O “Português Fluente” do Porta dos Fundos: do equívoco da fala baseada na escrita padrão ao preconceito linguístico

*Porta dos Fundo's "Fluent Portuguese": from the misconception of speech based on standard writing to linguistic prejudice*

Antonio Ismael Lopes de Sousa\*

*Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão  
Imperatriz, MA, Brasil*

Mahalla Stephany Feitosa Aguiar\*\*

*Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão  
Imperatriz, MA, Brasil*

Maria Da Guia Taveiro Silva\*\*\*

*Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão  
Imperatriz, MA, Brasil*

Gisélia Brito dos Santos\*\*\*\*

*Universidade Federal do Maranhão  
Balsas, MA, Brasil*

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo analisar os aspectos sociolinguísticos presentes nos diálogos do vídeo "Português Fluente"<sup>1</sup>. A partir da tese amplamente defendida pela Sociolinguística de que todo falante nativo é plenamente capaz de se comunicar em sua própria língua, aponta-se alguns fatores que contribuem para a manutenção do mito de que há línguas superiores e inferiores, mais sofisticadas e menos sofisticadas, mais coerentes e menos coerentes. Sob a ótica das variedades linguísticas, foi possível notar que aspectos culturais e socioeconômicos influenciam o modo como fala cada pessoa, fato que configura os linguajares como diferentes e não como “errados”, conforme apregoado por Soares (2017), Rocha (2007), Possenti (1996), Bagno (2007),

\*Mestrando em Letras pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, Imperatriz, Maranhão, Brasil e Assistente Administrativo na Universidade Federal do Maranhão. E-mail: antonio.ismael@ufma.br.

\*\*Mestranda em Letras pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, Imperatriz, Maranhão, Brasil e Coordenadora de Linguagens na Secretaria Municipal de Educação de Imperatriz. E-mail: mahallastephany@hotmail.com.

\*\*\*Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil e Professora de Linguística e Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. E-mail: maria.silva@uemasul.edu.br.

\*\*\*\*Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil e Professora de Letras e Língua Portuguesa e Diretora do Campus da Universidade Federal do Maranhão em Balsas. E-mail: giseliasantos@ufma.br.

<sup>1</sup> Disponibilizado no *You Tube* pelo canal Porta dos Fundos, dirigido por Rodrigo Vander Put e com roteiro de Gregório Duvivier. Cf. Nota 4.

Bortoni-Ricardo (2004), Calvet (2002), Labov (2008), entre outros. Observa-se também que o conceito de “erro” em língua materna tem relação com as diferentes classes sociais e que a supervalorização do modo como falam as classes economicamente privilegiadas gera preconceitos linguísticos e outras consequências negativas em detrimento das classes mais oprimidas. Esta análise tem como base os estudos de pesquisadores da área de Sociolinguística, especialmente os que se referem aos aspectos que envolvem a Língua Portuguesa, variações e variedades linguísticas, noções de hierarquia da norma padrão gramatical e diferença linguística, bem como à ideia de classe social e de preconceito linguístico. Entende-se que a consciência sobre sociolinguística contribui para a redução de mitos que assolam as classes desfavorecidas (como no caso do silenciamento abordado por Ferrarezi Jr., 2014, e do preconceito linguístico, tratado por Bagno, 2007), e colabora para uma comunicação mais fluida entre as pessoas, potencializando o exercício da cidadania e, de certa forma, aumentando as possibilidades de redução das desigualdades sociais.

**Palavras-chave:** Norma Padrão. Hierarquia. Variedades linguísticas. Preconceito linguístico.

**Abstract:** This paper aims to analyze the sociolinguistic aspects present in the dialogues of the video "Portuguese Fluent". From the thesis widely defended by the Sociolinguistics that every native speaker is fully able to communicate in his own language, it is pointed out some factors that contribute to the maintenance of the myth that there are higher and lower languages, more sophisticated and less sophisticated, more coherent and less coherent. From the perspective of linguistic varieties, it was possible to notice that cultural and socioeconomic aspects influence the way each person speaks, fact that configures the languages as different and not as "wrong", as touted by Soares (2017), Rocha (2007), Possenti (1996), Bagno (2007), Bortoni-Ricardo (2004), Calvet (2002), Labov (2008), among others. It is also observed that the concept of "error" in the mother tongue is related to the different social classes and that the overvaluation of the way the economically privileged classes speak generates linguistic prejudices and other negative consequences to the detriment of the more oppressed classes. This analysis is based on the studies of researchers in the area of Sociolinguistics, especially those that refer to aspects involving the Portuguese language, linguistic variations and varieties, notions of hierarchy of the grammatical standard and linguistic difference, as well as the idea of social class and linguistic prejudice. It is understood that the awareness about sociolinguistics contributes to the reduction of myths that plague the disadvantaged classes (as in the case of the silence addressed by Ferrarezi Jr., 2014, and the linguistic prejudice, treated by Bagno, 2007), and contributes to a more fluid communication between people, enhancing the exercise of citizenship and, in a way, increasing the possibilities of reducing social inequalities.

**Keywords:** Standard Norm. Hierarchy. Linguistic varieties. Linguistic prejudice.

## 1 INTRODUÇÃO

A comunicação é algo inerente à vida humana. Desde a mais tenra idade, o choro dos bebês<sup>2</sup> serve de comunicação entre eles e seus pais/responsáveis, normalmente indicando possíveis dores, fome, carência, desconfortos. À medida que o tempo passa e a idade aumenta, o repertório de possibilidades comunicativas dos seres humanos evolui: gestos, quando a comunicação por outro meio não é viável; palavras, mesmo que não pronunciadas conforme a norma padrão; escrita, quando não for possível comunicar-se por outros meios. O fato é que a comunicação é uma das ferramentas responsáveis por mover as pessoas em direção aos seus mais diversos objetivos e, durante esse processo, são reveladas características socioeconômicas, culturais, regionais dos falantes.

Convém destacar que uma das mais importantes formas de comunicação entre os seres humanos é a fala. Nesse contexto, a condição de ser social conduz as pessoas – em todo o processo de comunicação oral – às mais diversas influências, o que lhes acrescenta

---

<sup>2</sup> Tratam sobre este tema: Bressani (2006), em “A Comunicação na Interação Bebê-Educadora nos Primeiros Dois Anos de Vida” e Santos (2000), em “Sobre o Choro: análise de perspectivas teóricas”. Cf. Referências Bibliográficas.

particularidades no modo como se expressam. Essas características estão contempladas nos estudos da Sociolinguística, inclusive nos fenômenos denominados como variação e variedades linguísticas, que ocorre em virtude de influências socioeconômicas, de região, de cultura, entre outras.

Considerando-se o fato de que o Brasil é um país com dimensões continentais, que foi colonizado, destino de imigrantes dos mais diversos países, palco de uma desigualdade social alarmante<sup>3</sup>, é possível presumir o quão complexa é a conjuntura na qual esses aspectos linguísticos ocorrem e a relevância da compreensão desse tema para uma melhor comunicação entre as pessoas das mais variadas classes, culturas, etnias.

Nesse contexto, este trabalho objetiva analisar os aspectos sociolinguísticos da linguagem oral. Especialmente a corrente que trata da coerência da fala como reflexo da escrita padrão, tomando-se como base os diálogos do vídeo “Português Fluente<sup>4</sup>”, do Canal Porta dos Fundos no *You Tube*. Pretende-se também mostrar suas implicações na prática, bem como as consequências provocadas pelo desconhecimento ou negligência das pessoas em relação às variações e variedades linguísticas, pela não distinção entre norma padrão gramatical e diferença linguística, bem como da dissociação entre classe social e preconceito linguístico.

A pesquisa tem amparo em teóricos da Sociolinguística, dentre os quais: Bagno (2007), Bortoni-Ricardo (2004), Mussalim e Bentes (2012), Calvet (2002), Coelho et al. (2018), Ferrarezi Jr. (2014), Soares (2017), Possenti (1996), Labov (2008), Rocha (2007), Zilles e Faraco (org., 2015), especialmente no que se refere à complexidade e características da fala.

Entende-se que a consciência sobre sociolinguística pode contribuir para a redução de mitos que assolam principalmente as classes desfavorecidas (como é o caso do silenciamento, de que fala Ferrarezi Jr., 2014, e do preconceito linguístico, abordado por Marcos Bagno, 2007). Uma das contribuições dessa consciência é o fato de concorrer para uma comunicação mais fluida e menos estigmatizada entre as pessoas. Como consequência, potencializa o exercício da cidadania (já que a há mais liberdade de expressão) e, de certa forma, pode aumentar as possibilidades de redução das desigualdades sociais, uma vez que muitas dessas práticas negativas ocorrem no ambiente educacional, que é um dos meios mais eficazes de ascensão social, mas quando desempenha seu ofício modo antagônico, normalmente suscita práticas como evasão escolar, dificuldades de aprendizagem, silenciamento.

---

<sup>3</sup> O Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD (2017) coloca o Brasil como o sétimo país mais desigual do mundo, à frente apenas de países africanos. Sobre essa realidade, Moreira (2019, p. 26) lembra que no Brasil 1% da população mais rica concentra a maior parcela total da renda existente, o que significa aproximadamente 30% da renda total mundial.

<sup>4</sup> PORTUGUÊS Fluente. Produção de Rodrigo Van Der Put. Elenco: Antônio Tabet, Rafael Portugal. Roteiro: Gregório Duvivier. Rio de Janeiro: Porta dos Fundos, 2019. 1 vídeo (2:44min./seg.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BOTg6dGTnLc>, acesso: 03 mar 2020.

## 2 AS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS

A língua não pode ser dissociada de seus falantes, pois são eles o motivo de sua existência, de sua aplicação e permanência na prática. E sendo pertencentes a um meio social heterogêneo, é natural que suas falas apresentem as mais diversas variações. Tratando mais especificamente do Brasil, um país continental, que recebeu e recebe influências linguísticas, culturais, sociais de diversos países, essas variações são inevitáveis.

Por isso, o estudo de qualquer comunidade linguística revela uma diversidade ou variação (ALKMIM, 2012, p. 34-37). A autora segue afirmando que “toda comunidade se caracteriza pelo emprego de diferentes modos de falar” e que no caso da comunidade de fala em língua portuguesa “podemo-nos referir às variedades brasileira, portuguesa, baiana, curitibana, rural paulista (ou caipira) etc.”. Isso significa que, embora cada sociedade tenha uma forma particular de se expressar, é possível estabelecer uma comunicação oral plena com todos os falantes dessa mesma língua materna. Nesse caso, um falante da comunidade de fala da Bahia, por exemplo, se comunica fluentemente com outro da comunidade de Curitiba e assim sucessivamente.

De acordo com Labov (2008, p. 221), “é comum que uma língua tenha diversas maneiras alternativas de “dizer ‘a mesma’ coisa”. Como exemplo, o autor cita palavras que parecem ter os mesmos referentes, como “carro” e “automóvel” e palavras com duas pronúncias distintas, como “cantando” e “cantano”. Outro exemplo é o fato de que no Brasil um réptil comum pode ser chamado de “osga” no Norte, “bribo” ou “víbora” no Nordeste, e “lagartixa” no Centro-Sul (CALVET, 2002, p. 89). Esses fenômenos são denominados como variação na fala e variação na comunidade de fala.

Coelho et al. (2018, p. 14) definem variedade “a fala característica de determinado grupo”, citando alguns critérios importantes como o geográfico (como é o caso da variedade gaúcha, mineira, maranhense); critérios sociais (mais escolarizados, classe baixa, classe alta, mulheres, jovens), outros critérios resultantes de diferentes combinações (pescadores de Florianópolis, donas de casa do interior de São Paulo, *rappers*, etc.). Dentro dessas variedades, está a variedade culta, que é

normalmente associada às camadas mais altas da pirâmide social. É, em geral, a língua usada pelos falantes mais escolarizados, com maior remuneração e que moram em centros urbanos. Essas pessoas, por seu status, comumente gozam de prestígio social, e esse prestígio é transferido para a sua fala (COELHO et al.<sup>5</sup>).

Essa “superioridade” no modo de falar de um determinado grupo provavelmente tem relação com a aproximação da fala à norma padrão gramatical e com a classe social a que pertence o falante (a exemplo da forma autoritária como se expressa o Chefe citado no diálogo de “Português Fluente”, do Porta dos Fundos). Corroborando, portanto, com as ideias de “Mercados Linguísticos” e “Capital Linguístico”, em que Bourdieu (1990, citado por Calvet<sup>6</sup>) defende que, além de um “instrumento de comunicação, a língua é também sinal exterior de riqueza”. Para entender melhor esse argumento, propõe-se uma simples

---

<sup>5</sup> Id., 2018, p. 15.

<sup>6</sup> Id., 2002, p. 106.

reflexão: e se as pessoas mais ricas começassem a falar de forma semelhante aos falantes pobres das zonas rurais, sofreriam preconceito linguístico?

Na contramão do equívoco da existência de uma forma superior de comunicação, Soares (2017, p. 63) explica que “cada dialeto, variedade ou registro é adequado às necessidades e características do grupo a que pertence o falante, ou à situação em que a fala ocorre”. Para a autora, todos esses diálogos são suficientes como ferramenta de comunicação. Assim, os julgamentos que ocorrem no intuito de menosprezar determinado tipo de fala são consequências de preconceitos linguísticos, portanto uma atitude social, que ocorre em detrimento normalmente de um grupo oprimido (pobres, pessoas de regiões desfavorecidas, marginalizados, moradores da zona rural, do gueto etc.).

Com o objetivo de amenizar as dificuldades enfrentadas no campo das variedades linguísticas, Faraco et al. (2015) propõem, no ambiente escolar, uma “pedagogia da variação linguística”, cujo objetivo é repensar o ensino de língua portuguesa no Brasil, considerando-se as características próprias das variações linguísticas como meras diferenças e não incorreções.

Com linha de pensamento semelhante, Camacho (2011, p. 47) sugere o uso da denominação “modelo da diferença”, para tratar dos diferentes tipos de fala dos mais diversos grupos sociais, e “que variações de linguagem não devem passar pelo crivo avaliador de uma gramática prescritiva por consistirem em formas alternativas que o sistema linguístico põe à disposição do falante”. O simples comportamento social de respeitar as diversidades linguísticas e atribuir importância à gramática normativa apenas no campo da escrita já se configura como um importante avanço rumo à redução dos preconceitos linguísticos.

### **3 O PRECONCEITO LINGUÍSTICO: ALGUMAS MOTIVAÇÕES E SUAS IMPLICAÇÕES**

A linguagem tem o papel de facilitar a convivência em sociedade, posto que seu uso viabiliza a comunicação, meio pelo qual as pessoas solucionam os possíveis problemas. Como em todos os eventos sociais, é natural que ocorram convenções, inclusive quanto ao idioma oficial de comunicação oral e escrita. No caso do Brasil, o idioma oficial é a Língua Portuguesa. Se praticada na modalidade escrita, esse idioma deve atender a diversas regras para atingir um diálogo pleno, mas quando essas regras são estendidas a outras formas, como fala, implica em desvio de finalidade.

A depender do contexto em que ocorre, é possível perceber o quanto a língua varia e como um falante pode sentir-se inseguro em relação à própria língua materna, principalmente diante da obrigatoriedade de pronunciar-la exatamente de acordo com o padrão da norma escrita. Tal receio pode ser resultado de situações constrangedoras às quais um falante é submetido quando, por exemplo, não consegue comunicar-se exatamente de acordo com as exigências de um determinado ambiente social (como o de trabalho). Por sua vez, esse fato não significa que o falante não consegue se expressar, mas que apenas não atendeu às expectativas de uma pessoa ou um grupo quanto à forma da fala.

Logo, um discurso, a depender do repertório comunicativo do falante, pode mudar drasticamente de acordo com o contexto/ambiente em que ocorre.

Quanto aos *papéis dos participantes*, salienta que, como participantes de situações sociais, somos requisitados a nos comportarmos de um modo particular numa determinada situação e de modo diferente em outra. Assim, podemos desempenhar simultaneamente vários papéis; entretanto, um dos papéis sociais normalmente destaca-se e determina que tipo de fala devemos usar em uma situação social particular (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2012, p. 17).

Dessa forma, entende-se que o não compartilhar da “mesma fala” em determinado ambiente, pode lançar um indivíduo ao despojo social, posto que não se adequa ao meio exigido. Essa situação normalmente se repete no princípio da vida escolar, principalmente com as pessoas oriundas da zona rural, guetos e outras comunidades de classe social baixa, cujas realidades tendem a não ser abrangidas pelos livros didáticos oficiais, normalmente direcionados aos grupos com maior possibilidades de acesso à educação formal. Relegadas às margens da comunidade de fala requintada e com a sensação de não pertencimento, as falas indesejadas ou reiteradamente corrigidas inclinam-se ao silêncio ou à evasão do espaço em que são consideradas impróprias, ficando o ambiente povoado pelos que se encaixam ou que simplesmente persistem. E estes, por sua vez, mantêm-se nas vias de acesso aos letramentos e, por consequência, detém o poder de dominar as mais diversas habilidades linguísticas.

Acerca do poder que a língua exerce nas camadas sociais, quem tem domínio da língua “normativa” tende a exercê-lo sobre os demais. A língua reflete a história dos seus falantes, ela mesma tem sua história, evolui e se modifica em decorrência de vários fatores, como sexo e faixa etária, condição social, região, e o julgamento que inferioriza o modo de falar de determinadas pessoas pode resultar nos mais diversos prejuízos, a começar pelo mau desempenho escolar (CALVET<sup>7</sup>).

Nesse sentido, no ensino e aprendizagem

a comunicação pedagógica, é como toda e qualquer situação, uma relação de força simbólica, determinada pela estrutura do grupo social em que ocorre. Nesse grupo, há alguém - o professor, que para isso recebe delegação do sistema de ensino - que tem o poder de decidir as mensagens que devem ser transmitidas e o direito de impor a recepção dessas mensagens; isso se faz através do uso de uma linguagem “legítima” que é principal marca explícita da autoridade pedagógica do professor. A comunicação pedagógica torna-se, assim, uma ação de inclusão da cultura “legítima” ou do *capital cultural*, e, simultaneamente de imposição, de forma indireta, da inclusão da linguagem “legítima”, ou do *capital linguístico* (SOARES<sup>8</sup>).

Uma das possíveis consequência dessa prática seria o fato de a criança chegar na escola e, por não desenvolver a concordância normativa na fala, ter sua linguagem considerada “deficiente”, o que traria efeito negativo diretamente no seu aprendizado, já que a comunicação é imprescindível nesse processo. Nesse caso, a reprovação ao modo de falar desse aluno equivaleria a um sentenciamento com pouca ou nenhuma chance de

---

<sup>7</sup> Ibid., p. 18-19.

<sup>8</sup> Id., 2017, p. 95.

defesa, resultando em silenciamento, exercício que Ferrarezi Jr. (2014, p. 13) explica que “só é belo quando não é a expressão de um constrangimento”.

A ação repressiva que normalmente é praticada na escola, e possivelmente por consequência de uma “inércia cultural”, faz com que se vislumbre o sistema escolar como forma de mobilidade, já que este sistema se apresenta sob o manto de ‘escola libertadora’. No entanto, na contramão, há grandes chances de se configurar como um dos meios mais efetivos de manutenção do *status quo*, uma vez que possibilita “uma aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural” (BOURDIEU, 2015, p. 45). Como efeito, as inclinações se dariam no sentido de naturalização das desigualdades e na culpabilidade do fracassado pelo próprio fracasso, já que a escola tende a reproduzir o processo hegemônico pelo capitalismo, que reserva a ela “exatamente a função de socializar os indivíduos, atendendo aos reclamos advindos da economia e da política” (MESQUITA; OLIVEIRA, 2011, p. 120).

Dentre as consequências dessa prática, está o fato de que

um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na universidade do que um filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais do que um filho de um operário, e suas chances são, ainda, duas vezes superiores àquelas de um jovem de classe média (BOURDIEU<sup>9</sup>).

No âmbito da educação, essa concepção mostra a contradição entre o real papel da escola e sua efetivação na prática quando, ao invés de guiar a sociedade em direção da igualdade social, afasta os atores interessados nessa conquista (os mais oprimidos), por meio do preconceito linguístico e do silenciamento, sob a alegação da ideia de melhor forma de educar. Assim, ela figura, ao mesmo tempo, como a principal referência da massa para projetos de ascensão social e melhoria educacional e como antítese de refúgio na busca desses ideais.

Para Bagno (2007, p. 13) a trajetória de combate ao preconceito linguístico aparentemente ocorre em sentido contrário às demais: enquanto outros preconceitos são amplamente combatidos, este tende a ser potencializado nas diversas mídias, nos livros e “manuais que pretendem ensinar o que é “certo” e o que é “errado”, sem falar, é claro, nos instrumentos tradicionais de ensino da língua: a gramática normativa e os livros didáticos”. O autor desmistifica, entre outros, o mito de unidade da Língua Portuguesa, explicando que

a verdade é que no Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, não só por causa da grande extensão territorial do país — que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito —, mas principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo o mundo (BAGNO<sup>10</sup>).

---

<sup>9</sup> Id., 2015, p. 45.

<sup>10</sup> Id., 2007, p. 15-16.

De fato, as diferenças sociais dificultam o acesso dos mais pobres à norma culta da Língua Portuguesa, restringindo suas habilidades nessa forma de comunicação. Como a educação de qualidade no Brasil ainda é privilégio dos mais abastados, essa vantagem de dominar uma forma a mais de comunicação lhes confere maior sensação de prestígio e estimula a existência e a permanência desse preconceito, que se baseia na forma de falar, mas que na verdade, se justifica por causa do pouco ou nenhum conhecimento de outrem sobre a norma escrita.

Isso corrobora para o fato de ser praticamente impossível conceber o Brasil como um país desenvolvido educacional, cultural, econômica e socialmente, enquanto essas prerrogativas se limitarem a uma parte ínfima de nossa sociedade, que também é a que possui mais poder econômico. Além disso, “somente usufruindo o direito à educação é que os menos favorecidos podem exercer sua cidadania, podem falar e se fazer ouvidos, do contrário, se tem subdesenvolvimento produzido pela ignorância e pelo silêncio” (SILVA, 2012, p. 31-32).

A superação desse preconceito, convém ressaltar, deve ocorrer no campo do social, por meio inclusive de conscientização da existência das variações da língua e dos fatores sociais, culturais e econômicos que a rodeiam. Sendo a escrita uma das mais diversas formas de comunicação possíveis, o indivíduo que conhece outras variações linguísticas tem à sua disposição a possibilidade de se adequar às exigências de cada contexto (escolar, familiar ou trabalho) e, ainda, respeitar aqueles que ainda não alcançaram um repertório comunicativo mais diversificado.

#### **4 O PORTUGUÊS FLUENTE DO PORTA DOS FUNDOS: DA LÍNGUA COMO REFLEXO DA GRAMÁTICA PADRÃO AO PRECONCEITO LINGUÍSTICO**

Se de um lado a língua falada se mostra dinâmica, heterogênea e em constante evolução, a língua escrita, por outro lado, mais inerte por ser atrelada a regras pré-estabelecidas, contém maior grau de exigência para atingir o estabelecimento pleno da comunicação. Esse fenômeno ocorre porque ela, a exemplos das leis, possui regras pré-definidas que, se “violadas<sup>11</sup>”, podem prejudicar o processo de comunicação nessa modalidade, enquanto a língua falada opera de modo mais natural, já que “todos os que falam sabem falar” (POSSENTI, 1996, p. 29). Por esse motivo, contempla as mais diversas influências (social, geográfica, cultural, de gênero, de faixa etária).

No entanto, quando essas duas formas de comunicação se confundem ou se estabelece uma relação de inferioridade ou superioridade entre elas, os problemas de comunicação são inevitáveis quando os sujeitos envolvidos no diálogo não dominam as diversas habilidades linguísticas exigidas para o contexto. Se for considerado o fato de que todos os falantes brasileiros natos, independentemente de classe, gênero, posição social, local em que mora, têm capacidade para estabelecer uma comunicação coerente em Língua Portuguesa na modalidade falada (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 71 et seq.), é

---

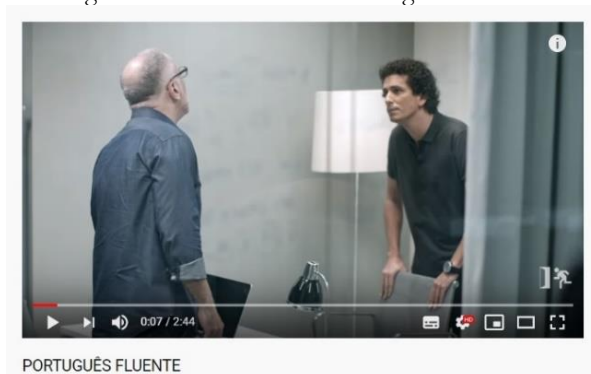
<sup>11</sup> Práticas como o não uso de vírgula, crase, acentuação, frase/palavra fora de contexto, podem implicar em ambiguidades ou outras falhas que dificultam a comunicação na forma escrita.

possível presumir que a “motivação para um outro modo de falar é sempre social, e isso pode ser produzido pela escola, ou pela experiência social” (ALKMIM, 2012, p. 45). Por isso, na exigência de que o discurso oral se aproxime mais da língua padrão (gramática normativa), com o pretexto de fala requintada/formal, os fatores que a justificam são sociais e não linguísticos.

Esse cenário corrobora para que a maioria do povo brasileiro demonstre instabilidade nas comunicações oral e escrita em Língua Portuguesa, tornando-se o ato de aprender a própria língua materna uma tarefa sobremaneira difícil, dada a noção equivocada de que não a dominam (SILVA<sup>12</sup>, 2012).

Nesse sentido, os diálogos apresentados a seguir (cuja análise da íntegra<sup>13</sup> foi dividida em três etapas), extraído do vídeo intitulado “Português Fluente<sup>14</sup>”, retratam a dificuldade do estabelecimento de uma comunicação oral entre um Chefe<sup>15</sup> e um Estagiário<sup>16</sup> (Figura 1) chamado Rogério (doravante denominado “Estagiário”) de uma determinada empresa.

Figura 1 – Cena do vídeo “Português Fluente”



Fonte: Porta dos Fundos.

Na primeira parte da conversa, o Estagiário adentra a sala de seu Chefe, o comunica sobre a proximidade do término de seu expediente e questiona se há algo que ele possa fazer naquele íterim. Logo no início, um clima de tensão começa se instalar, uma vez que a conversa (que parecia transcorrer de forma mais ou menos descontraída) foi abruptamente interrompida pelo Chefe. Essa atmosfera de tensão se estende ao decurso do diálogo entre os dois personagens, principalmente pela vinculação da

<sup>12</sup> Id., 2012, p. 30.

<sup>13</sup> Extraído a partir da transcrição original, de autoria de Dispositiva e Josniel Rodriguez.

<sup>14</sup> Por ser o Porta dos Fundos um canal de humor crítico, acredita-se que o termo “português fluente” tenha sido escolhido ironicamente e com a intenção de denunciar (ou simplesmente satirizar) a ideia de que há formas mais adequadas de um falante nativo falar a Língua Portuguesa. A própria sinopse do vídeo remete a um tom de ironia: “uma pessoa com português básico consegue se virar na comunicação cotidiana. Mas só uma pessoa fluente em português é capaz de compreender o significado de frases como ‘mentira tem perna curta’”.

<sup>15</sup> Interpretado pelo ator, publicitário, roteirista e humorista Antonio Tabet.

<sup>16</sup> Interpretado pelo ator e comediante Rafael Portugal.

comunicação ao que Dell Hymes (1996, apud Bortoni-Ricardo<sup>17</sup>) denomina de contexto de monitoramento<sup>18</sup>, bem como seu condicionamento às circunstâncias que normalmente acontecem na “dimensão privativa da língua<sup>19</sup>” (BENVENISTE, 1968, apud ALKMIM<sup>20</sup>).

ESTAGIÁRIO: “Opa! Dá licença. Tudo bem, chefe?”

CHEFE: “Opa!”

ESTAGIÁRIO: “Eu já tô de saída agora, queria saber se você quer mais alguma coisa.”

CHEFE: “*Senta aí, Rogério.*”

ESTAGIÁRIO: “Eita!”

CHEFE: “*Então, Rogério, eu sei que é o seu primeiro dia aqui na empresa, mas eu não gostaria que você me chamasse de ‘você’ na empresa, sabe? Acho que é um pouco informal demais, a gente tem uma hierarquia aqui dentro. Então acho melhor a gente mudar isso.*”

ESTAGIÁRIO: “Desculpa. Vou voltar. É, eu gostaria de saber se o senhor quer mais alguma coisa...”

CHEFE: “*“Senhor’, Rogério? Tá vendo algum senhor aqui? Senhor pra mim tá lá no Céu, pô.*” (PORTUGUÊS Fluente<sup>21</sup>).

Com a condição de monitoramento estabelecida e a noção de hierarquia assimilada, coube ao Estagiário valer-se do máximo de recursos comunicativos que possuía. Se ao pronunciar o pronome pessoal “você”, foi interrompido/corrigido pelo Chefe, sob a alegação de que a forma de tratamento era “um pouco informal demais”, então o diálogo formal resolveria o problema. Assim, e acertadamente, usou o vocativo “senhor” em substituição ao “você”, mas foi novamente interrompido, pois segundo o Chefe “o Senhor [...] tá lá no céu”. Cumpre informar que o cenário em que ocorre o discurso é composto por apenas duas pessoas, o Estagiário e o Chefe, sendo este o que exige uma conversa formal e aquele o que deve cumprir tal modo de fala na prática. Isso significa que do repertório de pronomes de tratamento, limitado às três pessoas do singular (eu, tu, ele) e suas possíveis flexões, as formas referentes ao “eu” e “ele” estavam invalidadas.

Além disso, uma primeira inquietação recai sobre o argumento contrário à utilização do vocativo “Senhor” para indicar formalidade, já que este não encontra respaldo no Manual de Redação da Presidência da República (BRASIL, 2018, p. 26), que o considera adequado, inclusive, aos ocupantes do cargo de Presidente da República, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. Ainda segundo Brasil<sup>22</sup>, “as demais autoridades, mesmo aquelas tratadas por Vossa Excelência, receberão o vocativo Senhor ou Senhora seguido do cargo respectivo. Exemplos: Senhora Senadora, Senhor Juiz,

<sup>17</sup> Id., 2004, p. 73.

<sup>18</sup> Contexto em que ocorre uma adequação da competência comunicativa à situação. Por exemplo: no trabalho, uma linguagem formal normalmente é mais requerida; na igreja, essa linguagem é a que se adapta a certos princípios religiosos e assim sucessivamente. Nessa situação, o falante que domina várias habilidades comunicativas consegue se adaptar aos mais diversos contextos.

<sup>19</sup> Nessa perspectiva, a língua ocupa posição de destaque, inclusive demonstrando o seu “poder coercitivo”, sendo capaz de transformar “um agregado de indivíduos em uma comunidade, criando a possibilidade da produção e da subsistência coletiva” (BENVENISTE, 1968 apud ALKMIN, *ibid.*, p. 29).

<sup>20</sup> Id., 2012, p. 29.

<sup>21</sup> Id., 2019.

<sup>22</sup> Id., 2018, p. 26.

Senhora Ministra”. Também no sentido de uniformizar os tratamentos no âmbito da administração pública federal brasileira direta e indireta (inclusive com aplicação à Presidência e à Vice-Presidência da República), o Governo Federal, por iniciativa do Decreto Nº 9.758, de 11 de abril de 2019, determinou que em seu Art. 2º que: “o único pronome de tratamento utilizado na comunicação com agentes públicos federais é ‘senhor’, independentemente do nível hierárquico, da natureza do cargo ou da função ou da ocasião” (BRASIL, 2019). O Parágrafo Único do referido artigo também traz a informação de que “o pronome de tratamento é flexionado para o feminino e para o plural”. O decreto em tela, no Art. 3º, incisos de I a VI, enfatiza também a proibição, no âmbito federal, de sete formas de tratamento: “I - Vossa Excelência ou Excelentíssimo; II - Vossa Senhoria; III - Vossa Magnificência; IV - doutor; V - ilustre ou ilustríssimo; VI - digno ou digníssimo; e VII – respeitável” (BRASIL<sup>23</sup>). Nesse caso, eliminadas as formas “você” – utilizada normalmente em ocasiões informais – e “senhor” – adequada como tratamento formal ou cerimonioso, o conjunto de pronomes de tratamento ficava limitado ao “tu” e ao “vós”, menos recorrente no Brasil, quando não relacionado a situações muito específicas, como “Vossa Alteza”, “Vossa Magnificência”, “Vossa Santidade”, “Vossa Majestade” entre outros, cujo emprego depende da ocupação da pessoa com quem se fala.

Afora os pretextos usados para justificar a não aplicação do “você” e do “senhor”, merece destaque também o fato de que o Chefe, ao mesmo tempo que realça a exigência de um tratamento formal, também profere frases como: “um pouco informal demais”; “a gente tem uma hierarquia...” e “pra mim tá lá no Céu, pô”, consideradas informais, sob a ótica da gramática padrão. Essa prerrogativa sinaliza que o Chefe está desobrigado a comportar-se formalmente em relação à fala ou não domina – em situações em que os pronomes de tratamento são diferentes do “vós” – a norma culta padrão na forma oral ou simplesmente opta por se expressar de modo informal. Esse comportamento marginal às regras da gramática normativa é reiterado na outra fase da conversa.

Na segunda etapa da análise do diálogo, o Estagiário, por eliminação, opta pelo tratamento mais plausível para a ocasião: “tu”. A decisão parece se apoiar na consciência que ele possui sobre o real cargo que o Chefe ocupa naquela empresa. Embora hierarquicamente superior, um tratamento que não pode ser “você” ou “senhor” só poderia ser “tu” – quando não se trata de altas autoridades, Papa, príncipe, princesa, rei, imperador, entre outros – ou, de modo raro, o “vós”.

ESTAGIÁRIO: “Com certeza. Gostaria de saber se tu precisas...”

CHEFE: “*Tu? Não, né. Ih, caramba. -Isso aqui virou baile funk agora? Favela, presídio, pra chamar de tu? Não. É Charqueadas, Rio Grande do Sul, agora? Tu? Tu vais. Tu... Não. Tu, não quero tu, não.*”

ESTAGIÁRIO: “Perdão, eu não sei como me referir a... Como posso falar? A pessoa que está na minha frente.”

CHEFE: “*Em gosto de segunda pessoa do plural.*”

ESTAGIÁRIO: “Segunda pessoa do plural! Vós.”

CHEFE: - “*Isso!*”

<sup>23</sup> Id., 2019.

ESTAGIÁRIO: - “Vamos nessa.”  
CHEFE: - “*Pode perguntar, vai.*”  
ESTAGIÁRIO: “Gostaria de saber se vós precisariades...”  
CHEFE: “*Não.*”  
ESTAGIÁRIO: - “Precisardes?”  
ESTAGIÁRIO: - “Precisardieres?”  
CHEFE: - “*Não?*”  
ESTAGIÁRIO: “Caramba, Jeová, me ajuda aqui... Gostaria de saber se vós precirdises...”  
CHEFE: - “*Não.*”  
ESTAGIÁRIO: - “Preciderdieses.”  
CHEFE: - “*Não.*”  
ESTAGIÁRIO: - “Preciderdines... Precisendes.”  
CHEFE: - “*Não.*”  
ESTAGIÁRIO: - “Precidirnes.”  
CHEFE: - “*Não.*”  
ESTAGIÁRIO: - “Precisarme.”  
CHEFE: - “*Não.*”  
ESTAGIÁRIO: - “Precirnas.”  
CHEFE: - “*Não.*”  
ESTAGIÁRIO: “Precisardieis... Precér.”  
CHEFE: - “*Não.*”  
ESTAGIÁRIO: “Gostaria de saber se vós precisardes.” (PORTUGUÊS Fluente<sup>24</sup>).

Mais uma vez, e de modo apropriado à forma escrita padrão da Língua Portuguesa, o Estagiário expressou a frase “se tu precisas...”, para verificar se o Chefe desejava algo a mais no tempo que restava para o fim do horário de trabalho. Nesse ponto do diálogo e para além das adequações de tratamento, a intervenção do Chefe enveredase para: 1) o reconhecimento (ainda que involuntário) de que grupos distintos de brasileiros adotam formas diferentes de se comunicar<sup>25</sup>, o que converge com a ideia de “comunidade de fala brasileira<sup>26</sup>” (SOARES, 2017, p. 45); e 2) a rejeição a um tipo de tratamento que julga incompatível com o seu patamar, posto que remete a uma pessoa ou a um grupo específico, incorrendo no que Bagno (2007, p. 13 et seq.) chama de “preconceito linguístico<sup>27</sup>”. Ao sinalizar que a frase ganharia caráter formal – e, portanto, adequada à ocasião – com a troca do “tu” por “vós<sup>28</sup>”, o Chefe assumiu (do ponto de

<sup>24</sup> Ibid.

<sup>25</sup> Quando cita o baile funk, Charqueadas do Rio Grande do Sul, favela, presídio, por exemplo.

<sup>26</sup> A autora ressalta que as línguas estão em constantes mutações. Nesse caso, sempre haverá mudanças na forma de falar, de acordo com a situação em que cada falante se encontra. Assim, grupos etários, gênero, status socioeconômico, grau de escolarização e outros fatores correlatos influenciarão o modo como cada pessoa se comporta em relação à fala.

<sup>27</sup> Cf. tópico “O preconceito linguístico: algumas motivações e suas implicações” constante neste trabalho para aprofundamento do tema.

<sup>28</sup> De acordo com o Dicionário Aulete Digital, vós é um pronome pessoal que: “1. Indica a pessoa com quem se fala associada a outra ou outras pessoas, e funciona como sujeito: Vós, acadêmicos, deveis comparecer à recepção. 2. Us. em complementos preposicionados: Rezamos por vós. [Se a preposição que o antecede é com, assume a forma -vosco, ocorrendo contração (convosco): "O senhor esteja convosco.]" No português atual, o uso de vós se restringe a linguagens especiais, como a jurídica e a religiosa, e ao tratamento cerimonioso. b) O sujeito vós pode ficar oculto por já ser indicado pela terminação -is do verbo: Nada mais podeis fazer.”

vista gramatical) o risco de considerar como individual (singular) um pronome que comumente indica o coletivo (plural) e com ocorrência rara e gramaticalmente controversa quando atribuída àquela ocasião. Esse impasse suscitou no Estagiário, pela primeira vez, uma grande dificuldade para conjugar o verbo “precisar” na segunda pessoa do plural, seja pela não familiaridade dele com a palavra ou porque seu uso é recorrente para designar algo no plural.

Nesse sentido, cumpre ressaltar as considerações sobre o “sistema dual<sup>29</sup>” brasileiro para tratamentos nominais, que é muito semelhante às formas usadas pelos falantes de língua espanhola e bem mais distante do português de Portugal. No caso do Brasil, o tratamento típico de intimidade dá-se pelo “você” e mais especificamente em algumas regiões – como no caso do Rio Grande do Sul – também pelo “tu”. Já no tratamento formal, as formas são “o senhor”, “a senhora” (CINTRA, 1972 apud SILVA; BLANCO; BLANCO, 2017, p. 334). Outra consideração importante diz respeito ao fato de que

o sistema de flexão de caso dos pronomes pessoais na norma culta brasileira, sobretudo em sua modalidade oral, é bastante diferente do que está prescrito nas gramáticas normativas [...] Grande parte das alterações e flutuações observadas na fala dos indivíduos escolarizados das grandes cidades decorre da substituição das formas tu e vós por você(s), já consumada na grande maioria do território brasileiro, e da substituição de nós por a gente, bastante avançada em todas as normas do PB<sup>30</sup>, sobretudo na modalidade falada (LUCCHESI; MENDES, 2009, p. 474).

Ainda sobre esse assunto, Lopes (1998, p. 406-407) explica que de modo geral, os gramáticos apresentam três formas universais para referências às três pessoas do discurso: “quem fala, com quem se fala e de quem/que se fala, admitindo formas no singular com correspondente no plural”. A autora lembra que, do ponto de vista da descrição gramatical, a flexão desses pronomes em singular ou plural resulta na “divergência” de número ao qual se refere cada um: se é singular, deveria referir-se ao único, exclusivo, individual; quando plural, ao diverso, vários, mais de um.

Ora, a noção de número implica o grupamento de elementos de mesma natureza e não é isso que ocorre com a forma nós, entendida como plural de eu, e vós/vocês como plural de tu/você. No primeiro caso, é inconcebível a junção de eu+eu, havendo, na verdade, várias possibilidades de compreensão: eu+tu/você, eu+ele/ela, eu+vós/vocês, eu+eles, eu+todos. No segundo caso, do mesmo modo, a forma plural refere-se a um conjunto de pessoas com quem se fala, admitindo também um valor indeterminado, abrangente, genérico e até difuso. Novamente, à diferenciação semântico-pragmática coaduna-se uma distinção formal, uma vez que o sentido expresso e os radicais das formas eu/nós e tu/vós são completamente diferentes. A introdução de formas como você(s)/a gente ratifica a posição de que a pluralização do eu/tu por nós/vós não se processa pela junção de elementos iguais (LOPES<sup>31</sup>).

<sup>29</sup> Cf. CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Sobre “formas de tratamento” na língua portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.

<sup>30</sup> Português Brasileiro.

<sup>31</sup> Id., 1998, p. 407.

Afora o paradoxo que o tratamento “vós” encerra na gramática normativa brasileira, a “obrigatoriedade” feita pelo Chefe deve ser entendida como desvinculada da concepção de formalidade da fala. Isto é, o fator que comanda tal atitude não encontra respaldo razoável na linguística, na sociolinguística e nem mesmo na gramática normativa da Língua Portuguesa. A motivação, portanto, possui caráter social e só encontra solução nesse mesmo âmbito.

A parte final do diálogo traz uma nova demanda ao Estagiário: conjugar o verbo “mandar”, associado à segunda pessoa do plural, no futuro do pretérito. Embora coerente com o que requereu na primeira parte do discurso, ao levantar suspeita sobre a veracidade da fluência do Estagiário em português – “engraçado, é que aqui no seu *LinkedIn* tá dizendo que você tem português fluente” –, o Chefe reestabelece pelo menos dois dos oito mitos<sup>32</sup> apresentados por Bagno<sup>33</sup>, segundo o qual permeiam a Língua Portuguesa no Brasil: 1) “brasileiro não sabe português/só em Portugal se fala bem português”; e 2) “o certo é falar assim porque se escreve assim”. Na primeira situação mitológica, algumas das causas, segundo o autor, têm relação com a posição de subdesenvolvimento econômico do Brasil, bem como à noção equivocada de “raça não pura” desta mesma nação. Na outra, a ocorrência dá-se, dentre outras causas, pela falta de noção (básica) sobre variação linguística, fenômeno fundamento na premissa de que “nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico” (BAGNO<sup>34</sup>).

CHEFE: “*Engraçado, é que aqui no seu LinkedIn tá dizendo que você tem português fluente.*”  
ESTAGIÁRIO: “Eu sei, senhor, mas é que as pessoas mentem no currículo, né?”  
CHEFE: - “*Rogério?*”  
ESTAGIÁRIO: - “*Oi! Oi, chefe.*”  
CHEFE: “*Você me mandaria aquele relatório até o fim da tarde?*”  
ESTAGIÁRIO: “*Mandaria. Mandaria.*”  
CHEFE: “*O quê?*”  
ESTAGIÁRIO: - “*O relatório.*”  
CHEFE: - “*Manda...*”  
ESTAGIÁRIO: “*Vós... Vós mandá-lo-ia.*”  
CHEFE: - “*Manda...*”  
ESTAGIÁRIO: “*Mandá-vos-lo-ia.*”  
CHEFE: - “*Muito bem.*”  
ESTAGIÁRIO: - “*Mandá-vos-lo-ia?*” (PORTUGUÊS Fluente<sup>35</sup>).

De modo geral, o diálogo se remete a pelo menos quatro possíveis hipóteses: 1) que o Chefe é fluente em Língua Portuguesa falada e que o Estagiário não sabe falar corretamente esta mesma língua; 2) que há uma forma “certa” e outra “errada” de falar a Língua Portuguesa; 3) a língua de quem atinge determinado patamar social ou ocupa um determinado cargo superior, independentemente de como for falada, sempre será considerada como padrão; e 4) ao admitir que mentiu no currículo sobre falar português

<sup>32</sup> Cf. Capítulo “I. A MITOLOGIA DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO” da obra de Bagno, 2007, p. 13-69.

<sup>33</sup> Ibid., p. 13 et seq.

<sup>34</sup> Ibid., p. 52.

<sup>35</sup> Ibid.

fluente, o Estagiário ou o fez de forma consciente – o que reforça o mito de que a forma fluente do Português é aquela baseada na gramática – ou para não confrontar a assertiva do Chefe.

A primeira proposição não tem legitimidade reconhecida pela sociolinguística, nem pela gramática normativa, já que até mesmo algumas frases (em consonância com a língua escrita) proferidas pelo Estagiário foram consideradas, equivocadamente, pelo Chefe como não formal ou incoerentes. Além disso, parte do vocabulário empregado por este é considerado pela gramática normativa como informal/coloquial: “a gente”, “tá”, “pô”, “né”, “caramba”. A segunda só encontraria argumento se houvesse unidade na fala de todos os brasileiros e se as regras gramaticais fossem impostas ao modo de falar, o que, se fosse verificado, colocaria em desvantagem (se comparado ao do estagiário) o modo de falar do próprio chefe. A terceira opção parece a mais adequada para justificar o comportamento do chefe. No entanto, ao exigir um “português fluente”, ele se compromete com a ideia de que também pertence a uma comunidade na qual a língua oficial é o Português e, portanto, está sujeito às mesmas condições linguísticas que todos os demais falantes, ou seja, falar e escrever em português fluentemente. E como ainda não há uma língua exclusiva dos ocupantes de cargo de nível superior ou de nível social mais elevado, presume-se que ambos (chefe e estagiário) tiveram acesso ao mesmo Português e o que, na prática, justifica os atos do Chefe, baseia-se exclusivamente na sua condição social, considerada superior à do estagiário. Desse modo, os equívocos que embaraçaram o discurso dos dois personagens seriam mais facilmente superados com a mudança de âmbito da lide: da linguagem para o social. O último caso se ancora em ao menos duas consequências do preconceito linguístico: uma por efeito da noção equivocada de que um falante nativo (salvo em situações de patologias que comprometam a fala) não sabe se comunicar na própria língua; a outra, diz respeito a um comportamento incoerente (o falante assume que não sabe falar na sua língua nativa) em decorrência de uma condição de subjugação social (um chefe que usa do cargo para exercer coerção linguística de modo arbitrário).

Nesse contexto, destaca-se a abordagem sobre a ideia de que a forma mais “correta” de falar é aquela baseada na gramática normativa, como se a língua não sofresse nenhuma influência, externa ou interna, fosse homogênea e técnica. Questionando, criticamente, a expressão “norma culta”, Faraco<sup>36</sup> lembra que a “questão normativa” começou a ganhar força no Brasil na segunda metade do Século XIX e que mesmo naquela época havia diferenças significativas entre o português falado no Brasil e o falado na Europa, e “as nossas características, quando transpostas para a língua escrita, foram, então – ao cabo de um conjunto de pesadas polêmicas –, inadequadamente classificadas como erros”.

Como consequência, tem-se, dentre outras, a ideia de que a língua é falada “corretamente” à medida que se aproxima da norma culta. Além disso, partindo-se do ponto de vista de que o acesso pleno às normas da língua escrita é restrito, é fácil imaginar que no repertório de possíveis implicações práticas estão: a ideia de que o brasileiro fala errado; que não domina o português; que escreve mal na própria língua. Como as práticas

---

<sup>36</sup> Id., 2015, p. 21-22.

de letramento, a exemplo da leitura e da escrita, são normalmente desenvolvidas no âmbito da escola, essa instituição ora figura como possibilidade de aquisição de habilidades linguísticas, bem como de conscientização e superação dos preconceitos que a rodeiam, ora como mantenedora do oposto dessas condutas, como quando contribui para as práticas pedagógicas de silenciamento<sup>37</sup> e de perpetuação do preconceito linguístico<sup>38</sup>.

Para minimizar os efeitos danosos que essas e outras práticas provocam no ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa na oralidade e na escrita, Rocha (2007, p. 31-68) propõe alguns princípios, dentre eles:

PRINCÍPIO N. 2: O ensino de Português deve se preocupar com a língua padrão e a língua não-padrão;

PRINCÍPIO N. 7: A língua literária não pode ser tomada como modelo da língua padrão;

PRINCÍPIO N. 12: A atenção do Português Padrão deve estar voltada basicamente para a produção da escrita em língua padrão; e;

PRINCÍPIO N. 15: Saber Português e saber gramática são duas atividades distintas.

Essas lições chamam a atenção para a reflexão sobre a possibilidade de uma mudança sistemática na forma como é conduzida a Língua Portuguesa, dentro e fora da sala de aula. A ideia é diminuir os equívocos gerados pelo reducionismo da língua falada, baseada primordialmente na língua escrita e considerar aspectos relevantes da língua, como variedades e variações linguísticas.

Nesse mesmo sentido, Possenti<sup>39</sup> lembra que o papel da escola brasileira é ensinar a língua padrão e que “qualquer outra hipótese é um equívoco político e pedagógico”. O autor também sugere que “língua não se ensina, aprende-se”, acrescentando que

um dos ainda numerosos “mistérios” em relação ao ser humano diz respeito ao fato de que todos os indivíduos da espécie – salvo por algum problema muito grave – aprendem a falar com uma rapidez espantosa, se considerarmos a complexidade do objeto aprendido, uma língua (POSSENTI<sup>40</sup>).

Se a ideia de ensinar o Português com base apenas no aspecto normativo da gramática já se mostra incoerente, a correção da oralidade (que é, por natureza, mutável, dinâmica, livre) com base na língua escrita é ainda mais desastrosa. Além de contribuir para uma cultura de preconceitos de fala, também reforça os equívocos que remontam à hierarquia do discurso oral. Se é aceitável que, dada a posição social que ocupa, um chefe possa falar “pra mim tá lá no Céu<sup>41</sup>”, mas não é admissível que um estagiário fale “se o

---

<sup>37</sup> Cf. FERRAREZI Jr., Celso. *Pedagogia do silenciamento: a escola brasileira e o ensino de língua materna*. São Paulo: Parábola, 2014.

<sup>38</sup> Cf. BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2002.

<sup>39</sup> Id., 1996, p. 17.

<sup>40</sup> Ibid., 1996, p. 45-46.

<sup>41</sup> Se o modelo de fala baseado na gramática normativo tivesse que ser seguido à risca, o Chefe deveria falar: “para mim, está lá no Céu”.

senhor quer alguma coisa<sup>42</sup>”, as justificativas para tanto só podem encontrar respaldo no âmbito social.

Na seara dos estudos de línguas, Figueirêdo (2016, p. 47) reconhece a “imensidão” e a “complexidade” desse objeto de estudo: a língua. A autora lembra que em algumas circunstâncias há “maior pressão pela correção ou pelo emprego de uma variedade da língua com a qual temos menos familiaridade, noutras o contexto nos permite maior relaxamento”. Essa concepção reporta à situação descrita no diálogo anteriormente citado, posto que se trata de um ambiente de trabalho, no qual normalmente a fala dos envolvidos ocorre de forma monitorada e, por isso, exige menos relaxamento. No entanto, vale lembrar que a exigência de uma “fala requintada”, que o Chefe faz ao Estagiário, possui caráter meramente social, e não linguístico, já que a comunicação poderia ser facilmente estabelecida entre ambos, pelo fato de falarem em uma mesma língua: a Língua Portuguesa. Nesse caso, o grau de dificuldade aumenta consideravelmente, porque há uma exigência de que a fala do Estagiário se aproxime da forma escrita padrão (recurso comunicativo ao qual, provavelmente, o Estagiário teve menos acesso ao seu Chefe, cujo discurso não é necessariamente igual à forma escrita).

Um traço comum a todas as variedades simplificadas, além de sua gramática singular, é a pecha de serem de algum modo inferiores à forma padrão da língua. Os pidgins, por exemplo, foram comparados negativamente às línguas dos colonizadores europeus e pensava-se que eram uma forma infantilizada de língua, resultado da incapacidade dos colonizados de aprender a ‘falar corretamente’; o *foreigner talk* é ainda hoje objeto de piadas em filmes e programas de TV (FIGUEIRÊDO<sup>43</sup>).

A realidade da Língua Portuguesa no Brasil apresenta algumas semelhanças com essa premissa. Primeiro, pelo fato de a colonização por Portugal ter estabelecido a língua dos colonizadores como oficial; segundo, porque a língua padrão adotada como “correta” e “superior” foi implantada exatamente pelo país colonizador; terceiro, a Língua Portuguesa no Brasil é uma língua de contato, inclusive sujeita às depreciações que mais frequentemente são sofridas pelas *pidgin* (línguas de contato).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É aceitável que a gramática normativa contenha um sistema complexo de regras pré-definidas que norteiam a modalidade escrita de uma língua, justamente pelo fato de que o cumprimento destes preceitos implica em uma melhor e mais clara comunicação nesse formato. Tais regras são responsáveis por organizar a língua escrita e contribuem para que ela ocorra de modo inteligível, alcançando maior compreensão das ideias entre os envolvidos nesta modalidade.

---

<sup>42</sup> “Senhor” é um pronome de tratamento usado normalmente em ocasiões formais (como no trabalho, por exemplo). Segundo o Dicionário Aulete Digital: “na linguagem corrente, tratamento de respeito e/ou cortesia us. para homens [abr. ger. us. em endereçamento postal: Sr.]. Homem não determinado; qualquer pessoa adulta do sexo masculino: Passou por aqui um senhor que procurava por você”. Dessa forma, se considerado o uso da gramática normativa para refletir a fala, a sentença não possui “erros”.

<sup>43</sup> Id., 2016, p. 52.

Mas ao passo que essas regras transcendem os seus próprios limites e pousam em outros campos, como acontece quando a escrita serve como padrão para a língua falada, pode comprometer a fluidez dessa última comunicação (como ilustrado no diálogo do Porta dos Fundos, o “português fluente” do Chefe confundiu o Estagiário ao ponto de este admitir que mentiu ao dizer que sabia falar Português, mesmo sendo esta a sua própria língua materna). Se considerada a hipótese de que tanto a escrita quanto a oralidade têm a função primordial de comunicar, a frase (escrita): “*resta aos pobres agir como bactérias resistentes*” não teria prejuízo de comunicação se falada (oralmente) como: “*os pobre precisa ser igual as bactéria resistentes*”. Já que a comunicação em ambas as frases foi estabelecida, as “exigências” de um modo de fala semelhante à grafia oficial transbordam as convenções do falar e adentram noutra seara cujo amparo só se justifica por razões não linguísticas. Além disso, implicações sociais como menosprezo, sensação de incapacidade, medo de se expressar por “não saber falar”, complexo de inferioridade, são consequências comuns desta prática – abordada aqui como uma das várias formas de preconceito linguístico.

Se desde cedo (normalmente aprende-se a comunicação oral a partir de três anos), natural e espontaneamente, domina-se – ainda que minimamente – a língua materna e consegue-se formular expressões inteligíveis, presume-se que essa ferramenta ocupe posição privilegiada na vida de cada falante. Por outro lado, controlar, menosprezar, subjugar, esse bem de valor inestimável com base em regras de um outro modo de comunicação (a escrita, por exemplo) ou simplesmente a bel prazer, mais que incoerência, é uma violência que pode gerar danos irreversíveis ao falante.

Os estudos da Sociolinguística apontam para o fato de que os problemas linguísticos não ocorrem porque os falantes “não sabem falar” o Português, mas por questões sociais decorrentes, dentre outros fatores, de classe social, gênero, faixa etária, região (reflita sobre a probabilidade de o discurso em “Português Fluente” ser invertido, e o Estagiário corrija linguisticamente seu Chefe). Dessa forma, é elementar que as mudanças positivas que se vislumbre nessa área ocorram no âmbito social. Essas transformações, portanto, começariam a surtir efeito a partir da adoção de pelo menos dois princípios: 1) dissociação entre gramática padrão e língua falada; e 2) conscientização sobre as variedades linguísticas de uma língua.

Essa consciência ampliada sobre os aspectos que envolvem uma língua permite entender a complexidade de uma sociedade e que suas diferenças se justificam por um dado contexto histórico, socioeconômico e cultural. Ampliar as habilidades linguísticas é também uma forma de pensar na coletividade, uma vez que detentores de variadas formas de falar usará a mais “entendível” de acordo com a conjuntura de seu interlocutor, viabilizando uma comunicação plena. A escola tem um papel fundamental nesse processo, pois fornece grande parte desse repertório de possibilidades comunicativas. Por isso, é tão importante que esse ambiente signifique um provedor de recursos comunicativos, principalmente para o público em que estes se dão de modo mais escasso (a massa desfavorecida). Mais importante ainda, é conceber uma educação democrática e acolhedora, que desestimula os preconceitos e assume o complexo e relevante papel de ensinar para e com todos, respeitando diferenças, simplificando métodos e potencializando a justiça social e a liberdade de expressão, especialmente para os

marginalizados e a grande massa oprimida, em suma, com uma postura de combate às desigualdades sociais.

Repensar a língua materna de modo sistêmico e observar as particularidades que os falantes de cada região possuem; identificar e reconhecer as influências linguísticas que cada pessoa sofre ao longo de sua vida em comunidade; conceber a língua falada como um fenômeno dinâmico, livre, autônomo, cujo fim maior é estabelecer uma comunicação entre dois ou mais seres humanos; e devolver à gramática normativa a sua função básica de orientar a forma escrita de uma língua são atitudes que guiam rumo à diminuição do preconceito linguístico e, por consequência, a uma comunicação mais fluida e menos estigmatizada entre as pessoas.

## REFERÊNCIAS

ALKMIN, Tânia Maria. Sociolinguística Parte I. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2012.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2007.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em Língua Materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Trad. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 9.758, de 11 de abril de 2019**. Dispõe sobre a forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9758.htm#:~:text=de%20tratamento%20adequado-Art.,da%20fun%C3%A7%C3%A3o%20ou%20da%20ocasi%C3%A3o.&text=O%20pronome%20de%20tratamento%20%C3%A9,feminino%20e%20para%20o%20plural,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9758.htm#:~:text=de%20tratamento%20adequado-Art.,da%20fun%C3%A7%C3%A3o%20ou%20da%20ocasi%C3%A3o.&text=O%20pronome%20de%20tratamento%20%C3%A9,feminino%20e%20para%20o%20plural,) acesso: 09 jul 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>, acesso: 06 jul 2020.

BRESSANI, Maria Cristina Lemes (2006). **A comunicação na interação bebê-educadora nos primeiros dois anos de vida**. (Dissertação de mestrado), Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMACHO, Roberto Gomes. Norma culta e variedades linguísticas. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. **Caderno de formação**: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 34-49, v. 11.

COELHO, Izete Lehmkuhl et al. **Para Conhecer Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2018.

FARACO, Carlos Alberto. Norma Culta Brasileira: construção e ensino. In: FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria Stahl (org.). **Pedagogia da Variação Linguística**: língua, diversidade e ensino. São Paulo: Parábola, 2015.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRANDE, Maria Lúcia C. V. O.; AQUINO, Zilda Gaspar O. de. **Oralidade e escrita**: perspectivas para o ensino de língua materna. São Paulo: Cortez, 2012.

FERRAREZI JR., Celso. **Pedagogia do silenciamento**: a escola brasileira e o ensino de língua materna. São Paulo: Parábola, 2014.

FIGUEIRÊDO, Suzan Cléyde Martins. A gramática singular dos registros simplificados. In: CASTRO, Maria Célia Dias de; SANTOS, Gisélia Brito dos; CARVALHO, Ana Cristina Teixeira de Brito (Org.). **Estudos Linguístico-Literários**: reflexões teóricas e práticas. São Luís: Uema, 2016.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2010.

LEXIKON. **Dicionário Aulete Digital**. 2020. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/index.php>, acesso: 07 jul 2020.

LUCCHESI, Dante, MENDES, Elisângela dos Passos. A flexão de caso dos pronomes pessoais. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 471-488. ISBN 978-85-232-0875-2. Disponível em: <http://books.scielo.org>, acesso: 08 jul 2020.

MESQUITA, Rui Gomes de Mattos de; OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. Educação e Sociedade: reflexões sobre a autonomia de um campo nos clássicos da Sociologia. In: SILVA, André Gustavo Ferreira da; SILVA, Gildemarks Costa e; MATOS, Junot Cornélio. **Fundamentos da Educação: fronteiras e desafios**. Recife: Universitária da UFPE, 2011.

MOREIRA, Eduardo. **Desigualdade & caminhos para uma sociedade mais justa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

PNUD Brasil. **Movimento é vida: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas**. Relatório de Desenvolvimento Humano 2017. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/rdhs-brasil/relatorio-nacional-desenvolvimento-humano-2017.html>, acesso: 23 jan 2020.

PORTUGUÊS Fluente. Produção de Rodrigo Van Der Put. Elenco: Antônio Tabet, Rafael Portugal. Roteiro: Gregório Duvivier. Rio de Janeiro: Porta dos Fundos, 2019. 1 vídeo (2:44min./seg.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BOtg6dGTnLc>, acesso: 03 mar 2020.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. **Gramática: nunca mais: o ensino da língua padrão sem o estudo da gramática**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

SANTOS, Ana Sofia Correia dos. **Sobre o Choro: análise de perspectivas teóricas**. *Análise Psicológica*, v.18, n.3, Lisboa, jul. 2000.

TAVEIRO-SILVA, Maria da Guia. **Letramento e linguagem em escola rural no Maranhão**. 2012. 246 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SILVA, Luiz Antônio da; BLANCO, Ramiro Carlos Humberto Caggiano; BLANCO, Yedda Alves de Oliveira Caggiano. Formas de tratamento: português e espanhol em foco. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 52, n. 3, p. 331-340, setembro de 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-77262017000300331&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-77262017000300331&lng=en&nrm=iso), acesso: 08 jul 2020. <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2017.3.293>.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Contexto, 2017.